

226 CPI receberá documentação da Fundação Roberto Marinho

César Loureiro

Integrantes da CPI do Orçamento e técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) receberão na próxima segunda-feira todos os documentos referentes ao contrato e aos convênios firmados entre a Fundação Roberto Marinho e a União. O deputado José Lourenço (PFL-BA), membro da subcomissão de subvenções sociais analisou ontem mesmo a documentação e disse não ter verificado qualquer irregularidade na gestão dos recursos. Segundo ele, todas as prestações de contas da entidade foram aprovadas por órgãos do Governo federal. O parlamentar observou ainda que a Fundação firmou poucos convênios.

— Eu nunca vi em toda minha vida parlamentar uma fundação com todos seus documentos tão bem organizados, em tão fácil acesso. Não teria qualquer dúvida em dar, hoje, à Fundação Roberto Marinho, um certificado de idoneidade — disse.

Os auditores do TCU Cláudia Maria Borja Reis e Walter Fran-

cisco Gourlart, que estiveram ontem na Fundação, deverão acabar a auditoria, determinada pela CPI do Orçamento, em três dias. O TCU vai verificar a aplicação e a prestação de contas dos recursos de órgãos federais destinados à Fundação.

Um dos documentos solicitados é a declaração dos recursos da União recebidos através de subvenções sociais entre 1988 e 1993. A Fundação já esclareceu, porém, que nunca recebeu subvenções sociais. O deputado Paulo Ramos (PDT-RJ) também terá acesso aos documentos da Fundação. O deputado, que requisitara a inspeção, disse que dispõe de um documento que comprova o recebimento de um recibo do Governo federal assinado por um representante da Fundação. O secretário-geral da Fundação Roberto Marinho, Joaquim Falcão, explicou que os documentos do deputado são oficiais e não apresentam qualquer irregularidade.



Lourenço, que disse não ter achado irregularidades, examina documentos